

ATA NÚMERO 174/XII/3ª SL

04.fevereiro.2014 – 14h00

Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 01, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 315/XII/3.ª, da iniciativa do Grupo de Ação Teatral “A Barraca”, Pretendem que a Direção Geral das Artes reveja o apoio financeiro concedido ao Grupo e bem assim o regime destes apoios e a sua aplicação – 14h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada autora do parecer - Mª da Conceição Pereira – PSD**

5. Audição do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, para apreciação da política geral da Secretaria de Estado, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

6. Projeto de Lei n.º 480/XII, PCP - Vinculação dos professores contratados

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer – Acácio Pinto - PS**

7. Proposta de Lei n.º 192/XII - Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer – Deputada Rosa Arezes**

8. Petição n.º 327/XII/3.ª da iniciativa de Agostinho Lopes Serra – Pretende que seja reposta a justiça quanto à sua situação profissional que já se arrasta desde 2005 como professor contratado.

- **Apreciação da admissibilidade**

9. Recomendações aprovadas nas Sessões Nacionais (Básico e Secundário) 2012/2013 do “Parlamento dos Jovens”.

- **Discussão**

10. Proposta de participação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual a realizar na AR.

- **Apreciação**

11. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2012 (Guimarães e Maribor) COM (2014) 10

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PS**

12. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre os progressos alcançados na garantia da qualidade do ensino superior COM (2014) 29

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PS**

12. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, sobre a criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais COM (2014) 30.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: CDS-PP**

13. Datas das próximas reuniões

Dia 05 de fevereiro de 2014 - 09h30
Dia 11 de fevereiro de 2014 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas números 172 e 173, relativas às reuniões de 29 e 31 de janeiro, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Audições sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar

O Presidente lembrou que está marcada para a reunião da CECC do dia 19 de fevereiro, às 11H, a audição do Professor Doutor António Brandão, sobre avaliação tecnológica parlamentar.

Recordou, também, que foi aprovada na Comissão a proposta do PS de audição dos Professores Doutores João Caraça, Corado Simões e Manuel Heitor, que estão a ser agendadas, tendo referido que nenhum grupo parlamentar indicou mais entidades/personalidades a ouvir e reiterado o pedido de que o façam, caso pretendam que sejam realizadas outras audições.

Referiu, ainda, que a Comissão ouviu a investigadora Mara Almeida, coordenadora nacional do projeto europeu PACITA e que vai ser acolhida na Assembleia da República, em abril, uma reunião europeia sobre avaliação de tecnologia, no âmbito daquele projeto.

3.2. Visita ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

O Presidente indicou que ia ser realizada no dia 5 de fevereiro uma visita ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no âmbito do Programa da Ciência, tendo indicado o programa da mesma e os deputados que estavam inscritos.

3.3. Pedido de audiência

Prestou informação de que o Professor José Amorim de Sousa e outros, professores contratados de Técnicas Especiais das Escolas Artísticas Soares dos Reis e António Arroio, pediram uma audiência. Tendo-se equacionado se a audiência deveria ser feita pela deputada relatora da Petição 318/XII, por haver identidade de matéria, foi ainda aventado que a mesma fosse realizada pelo Grupo de Trabalho dos Currículos. Assim, foi deliberado averiguar exatamente o objeto da questão a colocar pelos peticionários, sendo que no caso de a mesma dever ser realizada por um deputado-piloto, cabe ao PSD indicá-lo.

3.4. Visita do Grupo de Trabalho do Desporto ao Centro Nacional de Formação de Golfe do Jamor

Foi informado que o Grupo de Trabalho do Desporto, em execução do respetivo plano de atividades, tem marcada uma visita ao Centro Nacional de Formação de Golfe do Jamor, que terá lugar no dia 13 de fevereiro, às 12h, a menos que as condições climáticas não o permitam.

3.5. Relatório da visita do Grupo de Trabalho da Educação Especial à CERCILEI - Cooperativa de Ensino e Reabilitação

O Presidente da Comissão referiu a distribuição do relatório da visita em causa e questionou se alguém propunha alterações, não se tendo registado nenhuma intervenção.

3.6. Comunicação do Dr. Ivo Barroso, 1.º peticionário da petição 259/XII/2.ª, Contra o Acordo Ortográfico

O Dr. Ivo Barroso, 1.º peticionário da [petição 259/XII/2.ª](#), Contra o Acordo Ortográfico, tendo em vista a futura discussão da Petição no Plenário, em representação dos peticionários, solicitou o seguinte:

1. A publicação na página da petição da carta do Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa sobre o Acordo Ortográfico (remetida aos deputados na véspera da discussão da petição no Plenário, discussão que foi adiada), bem como da resposta dos peticionários à mesma (que anexou);
2. Publicação da carta da Comissão do Senado do Brasil em relação aos Professores do Grupo de Trabalho Técnico, recebidos na Comissão;
3. Envio de toda a documentação aos deputados.

Analisada a matéria, a Comissão constatou que a documentação já tinha sido enviada a todos os deputados e deliberou não a publicitar na petição.

4. **Petição n.º 315/XII/3.^a**, da iniciativa do Grupo de Ação Teatral “A Barraca”, Pretendem que a Direção Geral das Artes reveja o apoio financeiro concedido ao Grupo e bem assim o regime destes apoios e a sua aplicação – **Audição dos peticionários**

A delegação dos peticionários era constituída por Maria do Céu Guerra, José Rui Martins, Adérito Lopes e Hélder Costa.

Os peticionários indicaram que recorreram à Assembleia da República porque se esgotaram os meios de recurso, junto da Direção Geral das Artes e do Secretário de Estado da Cultura bem como da comunicação social, tendo informado que receberam vários textos de indignação pela diminuição do apoio concedido ao Grupo e nessa sequência adotaram um para texto da petição.

Realçaram que tendo contestado administrativamente a decisão e não tendo havido alteração da mesma, recorreram agora a uma instituição política, tendo manifestado, ainda, dúvidas em relação à justiça e equidade como são tratados os concorrentes àquele financiamento.

Informaram que foram tratados injusta e indignamente, dado que foram aconselhados pela Direção Geral das Artes a não pedirem mais financiamento do que aquele que tinham tido em anos anteriores, tendo restringido a sua candidatura a uma verba baixa, quando nos termos do Regulamento, um dos critérios a ter em conta na apreciação das candidaturas é “o montante solicitado na candidatura”.

Complementarmente, salientaram que desenvolvem trabalho na área da internacionalização, serviço educativo (tendo várias obras adaptadas para educação), trabalho com novos públicos e trabalho com a comunidade e que isto se verifica há 37 anos.

Assim, pediram um tratamento político da matéria e a revisão do processo, salientando que a petição recolheu mais de 8.000 subscritores. Realçaram que os critérios do concurso não levam em conta o histórico das companhias e, por outro lado, que entendem ter havido má-fé no processo, defendendo que está em causa uma questão de política cultural e considerando que a Assembleia da República pode exigir mais dotação para a Cultura.

Interveio, depois, a Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD, relatora da petição), referindo que admiram Maria do Céu Guerra como atriz e diretora do Grupo Teatral A Barraca e reconhecem a importância da sua atividade. Salientou que os tempos atuais são difíceis em termos financeiros, mas mesmo assim a verba para o teatro foi reforçada.

Realçou a grande ênfase que foi colocada nos acordos tripartidos e referiu os acordos da Barraca com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Junta de Freguesia da área.

Por último, questionou quais os critérios que entendem que deveriam ser alterados, no futuro, nos concursos para apoio financeiro.

O Deputado Carlos Enes (PS) referiu que se verifica uma desvalorização da Cultura, desde logo com a venda das obras do Miró e salientou que não é admissível que um grupo de teatro com este histórico e trabalho tenha o tratamento que se verificou. Referiu, ainda, que o PS espera que o Secretário de Estado da Cultura se pronuncie em relação à petição.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) enfatizou que não há contestação em relação ao papel e percurso da Barraca, tendo havido um concurso e sido aplicados os respetivos critérios. Perguntou, depois, o que questionaram no âmbito do concurso e se houve alguma alteração nessa sequência. Questionou, ainda, se entendem que houve um tratamento diferenciado dos concorrentes, e qual a justificação em que baseiam essa indicação. Por último, perguntou se o critério de avaliação dos autores não inclui a avaliação do grupo teatral.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) salientou que, quando foi conhecido o resultado global dos concursos, o PCP apresentou um Projeto de Resolução para se alterar o limiar de financiamento, que consideraram insuficiente, com aumento da dotação e realização de um concurso extraordinário. Realçou, ainda, que houve manipulação de critérios, para além de que o baixo valor não permitiria resultados aceitáveis. Informou que requereram a audição do Secretário de Estado da Cultura, o que foi rejeitado. Reiterou que o financiamento é baixo e que se verificou um comportamento desleal, quando as entidades foram aconselhadas a pedirem pouco.

A Deputada Catarina Martins (BE) defendeu que o Estado é obrigado a desenvolver políticas públicas para o teatro e se verifica um orçamento insuficiente para as artes e manipulação da Direção Geral das Artes. Informou que o BE apresentou propostas de reforço de verbas e de realização de novos concursos e salientou que tem havido opções políticas com consequências graves. Por último, solicitou a apresentação de propostas em que possam colaborar.

Na sequência das intervenções dos vários Deputados, os peticionários realçaram que as verbas que lhes foram atribuídas tiveram uma diminuição de 63%, pedindo correções no concurso. Referiram que têm um projeto quadrienal e não podem esperar 4 anos, pedindo uma alteração já para o próximo ano.

Esclareceram que corrigiram tudo o que era pedido no concurso e que foi solicitado como estando em falta na ata do Júri que avaliava a candidatura, defendendo que os pedidos solicitados estavam já realmente respondidos na candidatura. Realçam que o fizeram por duas vezes, nas contestações em sede de audiência de interessados e no entanto a classificação em nada se alterou.

Realçaram que não obstante se invoque a falta de recursos para os apoios financeiros no âmbito do concurso, foram atribuídos 300.000€ a 2 ou 3 companhias e 60.000 à Barraca.

Defenderam que a aplicação dos critérios não pode ser tecnocrática e que parece haver uma perseguição em relação ao trabalho da Barraca. Esta Companhia tenta criar um trabalho inovador, com incidência na escola, na educação, na sátira, no humor e na inteligência. E lamentaram que o seu trabalho não seja reconhecido.

Por último, realçaram que inicialmente tinham preparado um pedido de 400.000€ de apoio e foram aconselhados a não pedir mais do que o valor que lhes tinha sido atribuído nos anos anteriores - 130.000€ - tendo recebido 60.000€. Defenderam que o critério fixado no concurso de se atender ao montante solicitado (independentemente do respetivo valor) não é razoável.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audição do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, para apreciação da política geral da Secretaria de Estado, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

Na primeira ronda registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Rui Pedro Duarte (PS), Hugo Soares (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE), tendo o Sr. Secretário de Estado usado da palavra, após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Intervieram, na segunda ronda, os Srs. Deputados Laurentino Dias (PS), Paulo Cavaleiro (PSD), Artur Rego (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Sr. Secretário de Estado respondido às questões colocadas após cada intervenção.

Na terceira ronda, intervieram os Srs. Deputados Pedro Pimpão (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Rita Rato (PCP), Margarida Almeida (PSD), António Cardoso (PS), João Prata (PSD), Maria José Castelo Branco (PSD), Agostinho Santa (PS), Isidro Araújo (PSD), Carlos Enes (PS), Emília Santos (PSD), Laurentino Dias (PS) e Acácio Pinto (PS). O Sr. Secretário de Estado usou da palavra após a intervenção do Deputado João Prata e no final da ronda, respondendo ao conjunto das questões.

A audição do Sr. Secretário de Estado foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão na Internet](#).

6. Projeto de Lei n.º 480/XII, PCP - Vinculação dos professores contratados

O parecer foi apresentado pelo seu autor, Deputado Acácio Pinto (PS), tendo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, PS e PCP, registando-se a ausência dos deputados do CDS-PP, BE e PEV.

7. Proposta de Lei n.º 192/XII - Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.

O parecer foi apresentado pela sua autora, Deputada Rosa Arezes (PSD), tendo a Deputada Inês de Medeiros (PS) lamentado o facto de ainda não haver contributos das entidades consultadas. A deputada relatora e o Presidente da Comissão informaram que ainda está em curso o prazo para apresentação de contributos, mas que o parecer tem de ser apreciado dentro do prazo de 30 dias após a entrada da iniciativa, enquanto os contributos serão apreciados na fase da especialidade.

O parecer foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, PS e PCP, registando-se a ausência dos deputados do CDS-PP, BE e PEV.

8. Petição n.º 327/XII/3.^a da iniciativa de Agostinho Lopes Serra – Pretende que seja reposta a justiça quanto à sua situação profissional que já se arrasta desde 2005 como professor contratado.

Apreciada a nota de admissibilidade, foi admitida a petição, tendo a deputada Isilda Aguincha (PSD) proposto para relator o Deputado João Prata (PSD), pelo que a mesma terá tramitação autónoma em relação à Petição 318/XII.

9. Recomendações aprovadas nas Sessões Nacionais (Básico e Secundário) 2012/2013 do “Parlamento dos Jovens”.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, fez uma intervenção inicial realçando a mais-valia do Projeto, o envolvimento dos jovens e elogiando o trabalho dos serviços da AR no desenvolvimento do mesmo.

Salientou, depois, a importância de se fazer a apreciação política das Recomendações e pediu ao Presidente da Comissão que solicite ao Governo que preste informação sobre a execução das mesmas.

Interveio depois a Dr.^a Maria José Afonso, Coordenadora do Programa Parlamento dos Jovens, que agradeceu a participação dos Deputados no mesmo e salientou que a sequência das Recomendações é um estímulo para os jovens e professores. Realçou que o Programa tem muito sucesso junto das escolas, havendo perto de 800 estabelecimentos participantes e esperando a continuação do mesmo. Enfatizou que as escolas pedem informação sobre as medidas tomadas e o seu acompanhamento.

O Deputado Carlos Enes (PS) referiu que nalguns casos pode não haver propostas concretas em relação às Recomendações, mas as mesmas estão incluídas em algumas iniciativas propostas pelos Grupos Parlamentares.

A Deputada Rita Rato (PCP) manifestou concordância com o conhecimento ao Governo, entendendo que não é determinante a resposta. Referiu ainda que é importante transmitir aos alunos que houve uma reflexão sobre as Recomendações.

Na sequência do debate, foi consensualizado que o Presidente da Comissão solicitará ao Governo indicação das medidas que tomou em relação às Recomendações e que será enviada uma carta aos alunos com indicação de que houve pronúncia da Comissão e pedido de informação ao Governo sobre as mesmas.

10. Proposta de participação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual a realizar na AR.

A Deputada Conceição Pereira (PSD), que tinha ficado incumbida de articular esta matéria com os Deputados dos vários Grupos Parlamentares, informou que falou com alguns deles, tendo-se consensualizado reunirem com os proponentes para concretizarem o evento, sendo que a proposta dos mesmos não é adequada ao figurino de eventos da AR.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) manifestou concordância com a proposta e realçou que entende que a PAR visa a criação de um evento excepcional.

O Presidente da Comissão, em síntese, solicitou que se realize a reunião com os proponentes e nessa sequência se apresente uma proposta à Comissão sobre a matéria.

11. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2012 (Guimarães e Maribor) COM (2014) 10

Por proposta do PSD, foi consensualizado escrutinar a iniciativa europeia em causa, devendo aquele Grupo Parlamentar indicar o relator.

O Presidente da Comissão informou ainda que o respetivo parecer será apreciado na reunião de 25 de fevereiro.

12. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre os progressos alcançados na garantia da qualidade do ensino superior COM (2014) 29

Por proposta do PS, foi consensualizado escrutinar a iniciativa europeia em causa, sendo relator da mesma o Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

O Presidente da Comissão informou ainda que o respetivo parecer será apreciado na reunião de 25 de fevereiro.

12. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, sobre a criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais COM (2014) 30.

Por proposta do PSD, foi consensualizado escrutinar a iniciativa europeia em causa, sendo relator da mesma o Deputado Duarte Marques (PSD).

O Presidente da Comissão informou ainda que o respetivo parecer será apreciado na reunião de 25 de fevereiro.

13. Outros assuntos

A Deputada Rita Rato (PCP), tendo presente o pedido de audiência dos professores contratados, propôs que a mesma se realizasse na 4.^a feira, dia 12, a seguir ao Plenário.

Referiu ainda a inexistência de bolos secos no intervalo da Audição dos Currículos das Vias Profissionalizantes, salientando que algumas pessoas vieram de muito longe e se levantaram muito cedo, pelo que esse elemento seria reconfortante e entendendo que o custo respetivo não é muito expressivo.

14. Datas das próximas reuniões

Dia 5 de fevereiro de 2014 - 09h30

Dia 11 de fevereiro de 2014 – 15h00

A reunião foi encerrada às 18:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de fevereiro 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
António Cardoso
Artur Rêgo
Catarina Martins
Emília Santos
Hugo Lopes Soares
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Pedro Lynce
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira